



ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

RELAÇÕES EUROPA-ÁFRICA

JAN/FEV 2014

NÚMERO 3

ISSN 2182-8199

ÍNDICE

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA
É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DE
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

AHO TETE BENISSAN, CÉSAR NETO,
CLÁUDIA PEDRA, FÁTIMA PROENÇA,
GERARD KARLSHAUSEN, GRUPO DE
TRABALHO DE RECURSOS HUMANOS
PARA A COOPERAÇÃO DA PLATAFORMA
PORTUGUESA DAS ONGD, MARTA
MARTINELLI, MAURICE ENGUÉLÉGUÉLÉ

COORDENAÇÃO EDITORIAL LILIANA
AZEVEDO

TRADUÇÃO LILIANA AZEVEDO,
NÉLIA RIBEIRO

REVISÃO CÉSAR NETO, LILIANA AZEVEDO,
NÉLIA RIBEIRO

DESIGN GRÁFICO ANA GRAVE

ISSN 2182-8199

CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

PEDRO CRUZ DIRECTOR EXECUTIVO /
PEDRO.CRUZ@PLATAFORMAONGD.PT

CÉSAR NETO RESPONSÁVEL DE
COMUNICAÇÃO /
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

NÉLIA RIBEIRO ASSISTENTE DE
PROJECTO /
NELIA.RIBEIRO@PLATAFORMAONGD.PT

3 EDITORIAL

4 DOSSIER ‘RELAÇÕES EUROPA-ÁFRICA’

14 EM REDE

15 CONFERÊNCIA

16 BOAS PRÁTICAS

18 RECURSOS HUMANOS PARA A COOPERAÇÃO

20 INICIATIVA

22 PUBLICAÇÕES

23 AGENDA

Sete anos após a adopção da Estratégia Conjunta África-UE em Lisboa, os Chefes de Estado e de Governo de ambos os continentes reúnem-se em Bruxelas (2 e 3 de Abril de 2014) para discutir o futuro desta parceria num contexto que desde então se alterou consideravelmente. A crise financeira e económica veio limitar as ambições internacionais da Europa, levando-a a centrar-se na resolução de problemas mais domésticos num continente de crescentes desigualdades e tensão sociais. Novos actores surgiram no palco da Cooperação competindo com o Velho Continente pela afirmação em África. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) serão dentro de pouco mais de um ano revistos, dando lugar a novos objectivos no quadro na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e as tradicionais agendas da Cooperação para o Desenvolvimento deram lugar aos desafios globais como alterações climáticas, a paz e a segurança e as migrações.

Assim, a poucas semanas da realização da 4ª Cimeira África-UE, consideramos essencial dedicar a primeira edição de 2014 da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD às relações África-UE e debruçarmo-nos sobre os debates em curso, dos quais tanto a sociedade civil africana como a europeia parecem estar distantes.

O dossier integra contributos da sociedade civil europeia e africana numa perspectiva de olhares cruzados. Fátima Proença, Directora da ACEP, vem acompanhando o processo desde a Cimeira do Cairo (2000) e afirma a importância das organizações da sociedade civil como “referencial de valores” com um papel no questionamento dos modelos de desenvolvimento e centramento das agendas na pessoa humana. Também Gérard Karlshausen, Co-representante da CONCORD no *Steering Committee* da Sociedade Civil Europeia para a Estratégia África-UE, reflecte sobre o papel das organizações da sociedade civil (OSC) na Parceria África-UE e consi-

dera que estas devem “ir além daquilo que as instâncias oficiais querem debater” e participar em todos os espaços de diálogo criados pela estratégia conjunta que, considera, representa uma oportunidade para ultrapassar os mecanismos actuais de cooperação entre as OSC. Por seu lado, Marta Martinelli, Responsável de Análise Política sobre as Relações Externas da UE na Open Society European Policy Institute, faz o levantamento dos desafios presentes e perspectivas futuras da parceria África-UE, e reafirma a necessidade de se evoluir de uma relação “doador-receptor para uma verdadeira parceria assente em pé de igualdade”. O dossier integra ainda um artigo de Maurice Enguéléguélé, Coordenador de Programa no African Governance Institute, que apela à revitalização e reconfiguração da parceria e vê na Cimeira de Abril um teste à “vontade política da Europa”.

Fazendo a ligação com o tema do dossier, o coordenador regional da REPAOC – Rede de Plataformas de ONG de África Ocidental partilha, na rubrica Em Rede, a sua visão e experiência do Fórum da Sociedade Civil África-UE. E na rubrica Boas Práticas, vasculhámos o baú de memórias para recordar a Plataforma “Eu Acuso” que mobilizou, ao longo do ano 2008, 13 OSC numa iniciativa inédita em Portugal.

Nesta edição, damos ainda a conhecer algumas das iniciativas nas quais a Plataforma tem estado envolvida, designadamente o Fórum Nacional de Redes da Sociedade Civil e a Conferência “Europa-África: que futuro comum?” que terá lugar a 12 de Março em Lisboa e à qual vos convidamos, desde já, a participar!

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

Rencontre régionale du REPAOC

: Partenariat UE-Afrique, quels enjeux communs pour l'avenir?

Dakar, 4, 5 et 6 décembre 2013

ACTED

CONCORD



EUROPA E ÁFRICA: UMA ESTRATÉGIA CONJUNTA DE DESENVOLVIMENTO OU DE INTERESSES?

FÁTIMA PROENÇA

DIRECTORA EXECUTIVA DA ACEP – ASSOCIAÇÃO PARA A
COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

O ano de 2014 inicia-se com um novo marco no debate e nas opções sobre a Estratégia Conjunta África-Europa (JAES, na sigla em inglês), que vai culminar numa Cimeira de Chefes de Estado – a primeira a realizar-se desde a aprovação da JAES na Cimeira em 2007 e assim com alguns anos de caminho já percorrido.

Esta Cimeira deve por isso avaliar o percurso realizado, analisar as expectativas cumpridas e as não concretizadas, num contexto de mudanças internas aos dois continentes, mas também da relação de cada um deles com o mundo de que fazem parte. O desafio seguinte será assim chegar a uma actualização das prioridades para a relação conjunta no domínio do desenvolvimento, uma arquitectura renovada para a sua concretização e um compromisso quanto aos recursos que se propõem mobilizar.

Também organizações da sociedade civil dos dois continentes vêm acompanhando e procurando intervir neste processo, num caminho iniciado em paralelo à Cimeira África-Europa do Cairo (2000), em moldes que vêm evoluindo, procurando aprofundar o nível de participação e de legitimidade de representação. A última reunião do Fórum de Sociedade Civil, realizada em Outubro de 2013 em Bruxelas, procurou dar alguns passos mais nesse caminho, realizou a sua

própria avaliação do processo da JAES desde 2007 e avançou com a definição de algumas propostas políticas e organizativas para o futuro, que teve oportunidade de apresentar a responsáveis das duas uniões.

‘UMA AGENDA DE PAZ E
SEGURANÇA, QUE VOLTA
A SER UMA PRIORIDADE
INQUESTIONÁVEL, PRECISA
DE SER UMA AGENDA DE
INCLUSÃO, DE DIÁLOGO E DE
PARTICIPAÇÃO E NÃO UMA
MERA QUESTÃO TÉCNICA DE
REFORMA DE SECTORES DE
DEFESA E SEGURANÇA’

Os debates até aqui realizados aos diversos níveis dão conta claramente de uma insatisfação com o processo de concretização da Estratégia Conjunta e uma constatação de que se continua a verificar recorrentemente uma sobreposição dos interesses das relações bilaterais face aos compromissos assumidos a nível multilateral. A crise financeira não será alheia a esta desvalorização daquele compromisso, mas claramente falta uma visão política e estratégica que salvaguarde uma relação que

difficilmente suportará as interferências de natureza conjuntural ou individual, nos dias de hoje, e tendo em conta os novos actores internacionais com que ambos os continentes se encontram em processo de renovação ou mesmo de construção de novas relações.

‘É CADA VEZ MAIS IMPERIOSO QUE A SOCIEDADE CIVIL SE CONSTITUA COMO REFERENCIAL DE VALORES, INTERAJA, FAÇA OUVIR UMA MULTIPLICIDADE DE VOZES QUE INTERROGAM, DEBATEM, (SE) CONFRONTAM, NA PROCURA PELOS CAMINHOS DA REALIZAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA’

Para além disso, cremos que o processo de revisão da JAES está a defrontar-se com um tipo de discussão herdada dos tempos da chamada “guerra fria” e que já não tem mais sentido hoje: ou seja, dito de forma simplista, um confronto de duas visões e dois tipos de mútua condicionalidade, de um

lado a europeia, centrada na prioridade aos direitos cívicos e políticos e de outro, a africana, centrada na realização dos direitos económicos e sociais. Um debate assim datado no tempo arrisca desvirtuar a opção definida em conjunto, de centramento na pessoa humana, o que implica o respeito pela sua integralidade e pela indivisibilidade dos seus direitos.

Cremos finalmente que este processo precisa de não ignorar que há sérios problemas de modelos de desenvolvimento que estão cada vez mais em questão e que são factor de novas formas de instabilidade e insegurança humana em ambos os continentes, que precisam ser confrontados. Uma agenda de paz e segurança, que volta a ser uma prioridade inquestionável, precisa de ser uma agenda de inclusão, de diálogo e de participação e não uma mera questão técnica de reforma de sectores de defesa e segurança, de organização de eleições como forma de legitimação de ganhadores ou de um ressuscitar de velhas práticas de assistência a excluídos – pessoas ou países.

Neste quadro desafiante, é cada vez mais imperioso que a sociedade civil – sob as mais diversas formas que assume segundo os contextos em que surge e se desenvolve – se constitua como referencial de valores, interaja, faça ouvir uma multiplicidade de vozes que interrogam, debatem, (se) confrontam, na procura pelos caminhos da realização da dignidade humana.





BEM-VINDOS AO
WELCOME TO

FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL EURO-AFRICANA

THE EURO-AFRICAN CIVIL SOCIETY FORUM

LISBOA, 14 A 17 DE SETEMBRO DE 2007

A ESTRATÉGIA CON- JUNTA ÁFRICA/UE:

DESAFIOS E PERSPECTIVAS – UMA VISÃO DO LADO AFRICANO?

MAURICE ENGUÉLÉGUÉLÉ
COORDENADOR DE PROGRAMA NO AFRICAN GOVERNANCE INSTITUTE

Lançada em Lisboa em 2007, era suposto que a *Estratégia Conjunta África-UE* servisse de enquadramento para uma nova parceria política estratégica para o futuro, que ultrapassasse a tradicional relação doador-receptor e que se construísse com base em valores e objectivos comuns. Era suposto que estes objectivos ambiciosos e inovadores fossem implementados através de sucessivos Planos de Acção e oito parcerias temáticas. Sete anos após o lançamento da *Estratégia Conjunta*, e perspectivando a preparação da próxima Cimeira UE-África em Abril de 2014 em Bruxelas, ambas as partes têm feito, individual e colectivamente, avaliações da *Estratégia Conjunta Europa-África* (JAES, na sigla em inglês) e todas concluíram que os resultados foram contrastantes.

A evolução do contexto da parceria contribuiu para reforçar a avaliação mista da JAES. África está a crescer, tal como testemunha a sua dinâmica de crescimento socioeconómico sem precedentes, de cerca de 5.1% desde 2007, e pela decisão dos seus líderes de fazer deste um momento de crescimento inclusivo, participativo, *accountable* e ecológico através da Agenda Africana 2063 e de fomentar a sua agenda de integração regional com a perspectiva de criação de um mercado comum em 2017. Para os actores africanos, o foco já não está centrado na Ajuda ao Desenvolvimento mas sim em novas prioridades de desenvolvimento (transformação socioeconómica, emprego jovem, industrialização, boa gestão de recursos naturais, luta contra fluxos financeiros ilícitos, comércio, segurança alimentar, alterações climáticas, governação do desenvolvimento, criação de uma capacidade africana de reacção rápida às crises transnacionais causadas pelas novas ameaças à segurança, ...).

Por seu turno, os países europeus estão a enfrentar uma grave crise económica e financeira. O desafio da Europa é reconciliar a sua visão com a sua situação objectiva e procurar perceber como reequilibrar os seus compromissos internacionais associados a esta parceria, especialmente num momento em que há outros actores emergentes globais (Brasil, China, Índia, Coreia do Sul e Turquia) que oferecem a África novas oportunidades de desenvolvimento e propõem outras formas de parceria que se centram no comércio, no investimento e na geopolítica, em vez de assentarem na ajuda pública ao desenvolvimento.

Os constrangimentos institucionais também influenciam as dinâmicas da parceria. O mais importante tem a ver com a perspectiva das eleições para o Parlamento Europeu, em Maio de 2014, cujos resultados vão inequivocamente influenciar as direcções e prioridades da Europa nas suas relações com África. O segundo tem a ver com o facto de a JAES coexistir com outros enquadramentos – como o Acordo de Cotonou, a Política de Vizinhança ou o diálogo temático em torno de questões específicas tais como a segurança e o desenvolvimento no Sahel – tornando difícil aplicar uma nova abordagem através das tradicionais ferramentas de cooperação para o desenvolvimento.

Apesar destes desafios, ambas as partes concluíram, no seguimento das consultas realizadas em 2013, que a parceria continua relevante, devendo ser revitalizada e reconfigurada. Os *stakeholders* africanos insistiram particularmente em que a Cimeira de 2014 ofereça uma oportunidade para um diálogo franco e sincero acerca das perspectivas de uma parceria renovada. Para estes actores, esta mudança de paradigma na relação África-UE deve basear-se em quatro pré-requisitos fundamentais:

/ Evoluir de uma relação centrada na Ajuda ao Desenvolvimento e nas relações doador-beneficiário e tecno-burocráticas elevando-a a um nível estratégico assente num diálogo político reforçado e numa cooperação reforçada entre parceiros iguais;

/ Articular o diálogo político na parceria renovada em torno de desafios globais de interesse mútuo para a implementação de agendas estratégicas de cada uma das partes e de assuntos que podem ter um impacto transformativo em África e na UE e não de questões controversas como os Acordos de Parceria Económica (APE) e a Câmara de Comércio Internacional (CCI). Esta estratégia de selectividade pode ser apoiada por uma abordagem sequenciada da priorização articulada em

‘O DESAFIO DA EUROPA É RECONCILIAR A SUA VISÃO COM A SUA SITUAÇÃO OBJECTIVA E PROCURAR PERCEBER COMO REEQUILIBRAR OS SEUS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSOCIADOS A ESTA PARCERIA, ESPECIALMENTE NUM MOMENTO EM QUE HÁ OUTROS ACTORES EMERGENTES GLOBAIS QUE OFERECEM A ÁFRICA NOVAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO’

dois passos. O primeiro passo será centrar-se num conjunto de questões de interesse para ambos os parceiros e que irão beneficiar de uma liderança clara e onde a acção continue a ser levada a cabo mesmo que as lideranças e as instituições mudem. O segundo passo poderá ser a inclusão no diálogo político de assuntos controversos que não podem ser evitados mas que têm de ser resolvidos sem pressão, levando tempo até que se desenvolva uma compreensão mútua;

/ Reconhecer claramente os interesses estratégicos de cada parte e as responsabilidades partilhadas na implementação das suas agendas para a mudança;

/ Tratar África como uma entidade única e abandonar claramente todas as iniciativas e políticas que vão contra a transformação socioeconómica do continente e a sua forte agenda de integração regional. Paralelamente, isto pressupõe uma maior coerência na acção externa global da UE: os diferentes instrumentos da Europa devem ser racionalizados de acordo com a nova dinâmica e o novo contexto e fornecer apoio às novas políticas e aos objectivos políticos da parceria renovada, evitando duplicações ou rupturas. Este é, por exemplo, o caso das negociações em curso sobre os APE, mas também da estratégia de segurança e desenvolvimento do Sahel e de estratégias específicas noutras áreas de cooperação entre África e a UE como o comércio, as migrações, a justiça e os direitos humanos.

No âmbito deste enquadramento, os *stakeholders* africanos apresentaram diferentes ideias como forma de revitalizar as relações África-UE:

/ Tomar em consideração, aquando do estabelecimento de novas prioridades de parceria, o Plano Estratégico 2014-2017 da Comissão da União Africana, a Visão África 2063 e as prioridades do continente;

/ Aligeirar e otimizar o enquadramento institucional, com base nas lições aprendidas com as dificuldades operacionais encontradas e nas necessidades de uma melhor implementação e avaliação das decisões, bem como na promoção de um diálogo político real e ao mais alto nível;

/ Reforçar o compromisso de outros *stakeholders* – em particular os actores não estatais (e não apenas as Organizações da Sociedade Civil), as autoridades locais, as comunidades económicas regionais, as instituições regionais, o sector privado formal, etc. A Cimeira deve ser o lugar para dar início a um processo consultivo abrangente que permitirá a estes actores apresentar propostas para que a estratégia não seja apenas elaborada pelos governos;

/ Resolver a questão do estabelecimento de um mecanismo de financiamento, ao qual o programa Pan-Africano certamente não irá responder uma vez que a sua capacidade de consolidar a parceria depende da reforma efectiva da própria JAES. De facto, mesmo que o novo orçamento da UE, que se inicia em 2014, aloque cerca de 845 milhões de euros para este envelope financeiro dedicado à JAES, ainda não é claro como é que estes fundos serão geridos conjuntamente com os *stakeholders* africanos e como é que o seu uso será alinhado com as prioridades da JAES.

As relações África-UE têm certamente um futuro brilhante pela frente. Por isso, a Cimeira de 2014 oferece uma plataforma que testa a vontade política da Europa e mede a sua determinação em ir para além das discussões burocráticas e das opiniões estereis e embarcar em acções decisivas que tragam resultados tangíveis.

PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A ESTRATÉGIA CON- JUNTA ÁFRICA/UE

MARTA MARTINELLI

RESPONSÁVEL DE ANÁLISE POLÍTICA SOBRE AS RELAÇÕES EXTERNAS
DA UE NO OPEN SOCIETY EUROPEAN POLICY INSTITUTE

A 2 e 3 de Abril de 2014, os Chefes de Estado africanos e europeus e os seus representantes vão reunir-se na 4.^a Cimeira África-UE para discutir as relações intercontinentais e a colaboração quanto a desafios globais. A Estratégia Conjunta África-UE de 2007, um dos principais enquadramentos para as relações África-UE, deverá ser revista e reformada. Criticada no passado por não fornecer resultados concretos aos povos africanos e europeus e por ser mais um clube de reunião dos funcionários de ambos os continentes, numa colaboração futura a Estratégia Conjunta terá de restabelecer a confiança de forma firme.

África e a UE precisam de mostrar liderança na maneira como lidam com preocupações partilhadas, tais como as migrações, as alterações climáticas ou a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Para tal, é necessário que a sua relação evolua de uma de doador-receptor para uma verdadeira parceria assente em pé de igualdade. No papel, esta é a intenção declarada da Estratégia Conjunta. Contudo, um dos principais impedimentos à concretização de uma relação mais equilibrada é o financiamento. Os Estados africanos e as instituições financeiras têm-se mostrado relutantes em fornecer recursos financeiros para apoiar a parceria e a UE tem ficado com a maior fatia do bolo. O desequilíbrio vai para além das questões financeiras: num evento recente sobre corrupção entre os dois parceiros, ficou claro que o foco estava em África e muito pouco se questionou o modo como empresas e cidadãos da UE contribuem para os fluxos financeiros ilícitos

provenientes de África, os subornos e a falta de transparência fiscal. Do mesmo modo, quando se fala de migrações, o debate é frequentemente enquadrado em termos de gestão dos fluxos migratórios provenientes de África, sendo muito pouca a preocupação com os Direitos Humanos desses migrantes que já estão na Europa e são submetidos a situações de perseguição étnica, detenções em campos de trânsito ou a repatriamentos forçados.

‘ÁFRICA E A UE PRECISAM
DE MOSTRAR LIDERANÇA
NA MANEIRA COMO LIDAM
COM PREOCUPAÇÕES
PARTILHADAS, TAIS COMO AS
MIGRAÇÕES, AS ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS OU A AGENDA DE
DESENVOLVIMENTO PÓS-2015’

Politicamente, o projecto parece ter perdido fôlego: questões delicadas, tais como as negociações sobre os Acordos de Parceria Económica entre África e a UE ou as relacionadas com a justiça internacional e o papel do Tribunal Penal Internacional, enfraquecem a confiança que o quadro da Estratégia Conjunta pode ajudar a construir entre os dois continentes. Os Estados membros (em particular os europeus) não conseguem ver o valor acrescentado da Parceria face a outros quadros internacionais de colaboração, como as Nações Unidas, o Acordo de Cotonou e as relações bilaterais. No entanto, África é um mercado emergente e oferece oportunidades de investimento inexploradas numa altura de crise financeira na Europa. É também palco de novas rivalidades entre antigas potências coloniais e os “recém-chegados”, como a China, o Brasil e a Índia.

À CONVERSA COM...

GÉRARD KARLSHAUSEN

RESPONSÁVEL DE POLÍTICAS EUROPEIAS NO CNCD - 11.11.11¹ E PRESIDENTE DA PLATAFORMA BELGA DA CONCORD, CO-REPRESENTANTE DA CONCORD NO STEERING COMMITTEE DA SOCIEDADE CIVIL EUROPEIA PARA A ESTRATÉGIA UE-ÁFRICA, MEMBRO DO GRUPO DE TRABALHO DA CONCORD SOBRE O ACORDO DE COTONOU

ENTREVISTA REALIZADA POR
LILIANA AZEVEDO
GESTORA DE PROJECTOS NA
ACEP E MEMBRO DA DIRECÇÃO
DA PLATAFORMA

EM OUTUBRO DE 2012, TEVE LUGAR EM BRUXELAS O FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL ÁFRICA/UE COM VISTA À PREPARAÇÃO DA 4ª CIMEIRA DOS CHEFES DE ESTADO QUE DECORRE EM ABRIL DESTE ANO. QUAIS SÃO AS EXPECTATIVAS E AS PREOCUPAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EUROPEIA?

As organizações da sociedade civil europeia que acompanham o desenvolvimento da Estratégia UE-África expressaram o desejo de ver os seus procedimentos de funcionamento simplificados a fim de permitir debates verdadeiros e aprofundados sobre temas chave de interesse comum, como as migrações, as alterações climáticas, os recursos naturais, as desigualdade económicas e sociais, etc. É preciso identificar claramente os domínios nos quais a Estratégia pode ter um valor acrescentado em relação a outros processos internacionais como o

‘A SOCIEDADE CIVIL DOS DOIS CONTINENTES CONTINUA A TEMER QUE AS REFORMAS EM CURSO A RELEGUEM PARA UM LUGAR DE EXECUTORA EM VEZ DE PARCEIRO EFECTIVO’

Acordo de Cotonou, os enquadramentos das Nações Unidas ou ainda a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. A Estratégia e a Cimeira deveriam nomeadamente permitir abordar temáticas que provocam fricção como a justiça internacional e os Acordos de Parceria Económica (APE).

Mas a sociedade civil dos dois continentes também continua a temer que as reformas em curso a releguem para um lugar de executora em vez de parceiro efectivo. Ora, a Estratégia sempre foi definida como “centrada nas pessoas”: como pode sê-lo se as organizações da sociedade civil não são entendidos como verdadeiros *stakeholders*? É por isso que o Fórum de Outubro recomendou a instituição de um quadro financeiro e de um secretariado que apoiem e facilitem concretamente a sua participação. Esse secretariado também poderia funcionar como um centro de documentação ao serviço das actividades promovidas pela Estratégia.

Dois temas são particularmente de interesse da sociedade civil de ambos os continentes: a promoção da igualdade de género e as questões da educação e do emprego para os jovens. Essas preocupações deveriam concretizar a criação de um fórum intercontinental das mulheres e a promoção de iniciativas desenvolvidas por e para os jovens.

Os *Steering Committees* da sociedade civil (africano e europeu) pediram para serem ouvidos sobre todos estes pontos durante a Cimeira.

COMO VÊ O PAPEL DAS OSC NA PARCERIA ÁFRICA/UE ?

Desde o início, a Estratégia UE/África foi definida como centrada nas pessoas. Desde então, as OSC deveriam desempenhar um papel central na Estratégia. Em primeiro lugar, alimentando com o seu conhecimento e as suas expectativas verdadeiros debates políticos sobre temas que interessam aos dois continentes. As OSC têm o dever de transmitir as análises e expectativas das populações no sentido de promover uma cooperação que lhes seja realmente benéfica. E é por isso que, tanto do lado africano como europeu, as OSC deveriam poder delegar representantes e peritos escolhidos de forma transparente para participar em todos os espaços de diálogo criados pela Estratégia. Mas até nesse contexto, a sociedade civil deve manter uma abordagem crítica encorajando os Estados e as instituições das duas Uniões (Africana e Europeia) a construir processos de diálogo que con-



GÉRARD KARLSHAUSEN

duzem a melhorias concretas das políticas: a sociedade civil deve participar mas, *in fine*, os políticos devem tomar decisões concretas e positivas.

Mas a Estratégia UE-África não pode ser apenas uma ponte entre os Estados e instituições, mesmo com uma participação importante da sociedade civil. Isto implica que as OSC a alavanquem para desenvolver a sua própria agenda que pode e até deveria ir além daquilo que as instâncias oficiais querem debater. Entre as sociedades civis de cada continente, a Estratégia é uma oportunidade para refundar a parceria e ultrapassar os mecanismos actuais de cooperação entre as OSC. Quer seja ao nível oficial ou não-governamental, é importante que a estratégia deixe de ser uma estratégia “para África” e seja portadora de um debate que questione os mesmos temas tanto na Europa como em África. Falar de governação, de luta contra as alterações climáticas, de ambiente favorável à sociedade civil, de migrações, etc., deve ao mesmo tempo dizer respeito à situação na Europa e em África.

COMO VÊ A ARTICULAÇÃO ENTRE A ESTRATÉGIA CONJUNTA ÁFRICA/UE E O ACORDO DE PARCERIA ECONÓMICA ENTRE A UE E OS PAÍSES ACP? E QUAL É, NA SUA OPINIÃO, O FUTURO DESTES DOIS QUADROS, TENDO EM CONTA QUE O ACORDO DE COTONOU EXPIRA EM 2020?

Em primeiro lugar, queria precisar que o Acordo de Cotonou não é apenas um acordo de parceria económica (os Acordos de Parceria Económica – APE – são apenas a componente económica), mas é também um acordo de cooperação através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e de diálogo político.

‘É IMPORTANTE QUE A ESTRATÉGIA DEIXE DE SER UMA ESTRATÉGIA “PARA ÁFRICA” E SEJA PORTADORA DE UM DEBATE QUE QUESTIONE OS MESMOS TEMAS TANTO NA EUROPA COMO EM ÁFRICA’

Em todo o caso, é verdade que desde o lançamento da Estratégia UE-África, foram expressos receios que esta viesse duplicar “Cotonou”, ou até preparar o desmantelamento desse acordo em 2020.

Para evitar a redundância com o Acordo de Cotonou, quatro princípios deveriam guiar a Estratégia UE-África. Ela deveria:

- Centrar os seus esforços no **diálogo político** e no reforço da confiança, baseando-os em valores partilhados e, objectivos identificados em conjunto ;
- Assegurar a **complementaridade** com diferentes instrumentos de cooperação técnica e financeira que existem por exemplo, no Acordo de Cotonou no sentido de evitar duplicações. ;
- Desenvolver mais pro-activamente um **quadro de parceria** no sentido de identificar e promover interesses comuns a ambas as partes e os defender nos fóruns e encontros internacionais. ;
- Aumentar a **coordenação** e as sinergias entre diferentes programas de cooperação que existem ao nível da UE e dos seus Estados-membro, focalizando o plano de acção em actividades onde a UE e a UA têm um verdadeiro valor **acrescentado**.

Em relação ao futuro, rumores persis-

tentes indicam que o Acordo de Cotonou não será renovado em 2020 e será substituído por estratégias regionais entre a Europa e respectivamente África, Caraíbas e Pacífico. Além do facto de essas estratégias já existirem (apesar de ser por vezes em domínios limitados), o modo como a organização das instituições europeias evolui parece confirmar essa abordagem e o afastamento do grupo ACP como interlocutor privilegiado.

Mas em princípio nada está decidido! E tanto do lado oficial (ACP e europeu) como do lado das OSC, é necessário ter uma reflexão aprofundada sobre estas perspectivas: dividir o Acordo de Cotonou em 3 estratégias pode parecer mais coerente e racional sob certos aspectos. Mas para isso seria necessário evitar “deitar fora o bebé com a água do banho”. O grupo ACP, apesar dos seus limites e da sua heterogeneidade, mostrou que representa uma plataforma de Estados do Sul que pode pesar nos equilíbrios internacionais e defender os interesses das populações. O Acordo de Cotonou, apesar de aplicado de forma imperfeita, engloba valores de apropriação, participação da sociedade civil e dos parlamentos, reflexão sobre o desenvolvimento... que não parecem estarem hoje garantidas nas estratégias regionais da forma como funcionam. Não se deveria perder o que foi conseguido com Cotonou e o cenário de uma Estratégia UE/África complementar a um Cotonou 2 não deve ser, de momento, excluído.

¹ CENTRE NATIONAL DE COOPÉRATION AU DÉVELOPPEMENT – 11.11.11



PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. 2014

RECURSOS FUNDAMENTAIS

Africa-EU Partnership (2013) *What role for civil society in the reform of the Joint Africa-EU Strategy?*

Africa Governance Institute (2013), *What future for the Joint Africa-EU Strategy?*

Africa Governance Institute (2014), *The Joint Africa-EU Strategy: Challenges and Prospects: A View From African Side?*

CE (2007), *Do Cairo a Lisboa - A Parceria Estratégica UE-África*

CONCORD Cotonou Working Group Briefing Paper (2013), *The Joint Africa-EU Strategy*

Council of the European Union (2007), *The Africa-EU Strategic Partnership : A Joint Africa-EU Strategy*

Declaração Política do Fórum da Sociedade Civil Euro-Africana, de 17 de Novembro de 2007

Declaração de Bruxelas das OSC sobre a Estratégia Conjunta África-EU, de 25 de Outubro de 2013

ECDPM & FES (2013), *Building a sustainable partnership for the future? The EU-Africa relations in the run-up to the 2014 Summit*

ECDPM (2014), *Uma questão de liderança? Desafios para as relações África-UE em 2014*

European Think-Tanks Group (2013), *Looking beyond 2013: Are Africa-Europe relations still fit for purpose?*

Plataforma Portuguesa ONGD (2010), *A Estratégia Conjunta África-UE : Análise e Desafios da implementação após a Cimeira UE-África*

Plataforma Portuguesa ONGD (2013), *Segundo Fórum da Sociedade Civil Europa-África*

UE (2011) *Parceria estratégia África-União Europeia: Enfrentar em conjunto os desafios do presente e do futuro*

União Africana e União Europeia (2007), Parceria Estratégica África-UE: Estratégia Conjunta África-UE

SITES DE REFERÊNCIA

Africa-EU Partnership / Africa-Europe Relations – Looking beyond 2014 / EU-Africa Summit 2014 / European Centre for Development Policy Management (ECDPM) / Europafrica

A ESTRATÉGIA CON- JUNTA ÁFRICA/UE:

UMA ESTRATÉGIA A DUAS VELOCIDADES E COM DUAS DIRECÇÕES

(GUY) AHO TETE BENISSAN
COORDENADOR REGIONAL DA REPAOC – RÉSEAU DES
PLATES-FORMES D'ONG D'AFRIQUE DE L'OUEST

A estratégia conjunta, assinada em 2007 pelos Chefes de Estado e de Governo de 53 países africanos e 27 Estados-Membros da União Europeia (UE), que tem como *leitmotiv* “duas uniões, uma visão”, tem tido dificuldades em ser implementada em ambos os continentes. É uma estratégia que desde então não consegue convencer o grande público europeu e africano da sua utilidade e da sua importância.

Tanto do lado da UE como do lado africano, são dois movimentos com duas velocidades diferentes, o que lança as bases para uma reforma da estratégia a ser adoptada na próxima cimeira de Abril deste ano.

Para preparar esta cimeira, o 2º Fórum África – UE da Sociedade Civil, que decorreu em Bruxelas de 23 a 25 de Outubro de 2013, teve como objectivo desenvolver acções concretas que visam influenciar a reforma da Estratégia Conjunta África – UE, bem como a implementação do seu novo Plano de Acção. A Sociedade Civil fez recomendações e os participantes comprometeram-se a partilhar os resultados do Fórum e a utilizar a **Declaração Conjunta** como instrumento de *advocacy*.

Apesar de ser notável o esforço de sensibilização e informação sobre as conclusões do fórum, com que meios fazê-lo? Por outro lado, e embora as Organizações da Sociedade Civil (OSC) tenham saudado a proposta de se lançar um programa panafricano para financiar projectos em África, resta perce-

ber que recursos estão disponíveis para atingir esse objectivo que deverá beneficiar sobretudo as populações.

O coordenador regional da REPAOC¹ fez a restituição das recomendações do fórum em Dacar a 4 de Dezembro de 2013 e em Libreville a 5 de Fevereiro de 2014.

O encontro da REPAOC teve como tema a “Parceria África-UE: que desafios futuros comuns estão em jogo?” enquanto a REPONGAC² focou-se no tema “Que acções para um desenvolvimento regional participativo”.

Na África Ocidental (através da REPAOC) e na África Central (através da REPONGAC), realizou-se um inquérito durante os encontros regionais das duas redes no sentido de melhor conhecer a percepção dos actores da Sociedade Civil sobre esta estratégia. Ora, o número de pessoas que dominam a estratégia é nulo. Facto que se deve à ausência de procedimentos consensuais para a participação das OSC no acesso à informação de forma transparente.

Embora a participação da Sociedade Civil africana se tenha estruturado, continua a ser uma prerrogativa do ECOSOCC (Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana), o que limita a participação real de todos os actores dos outros sectores da sociedade africana no processo.

A estratégia deve aumentar a sua eficácia em termos de comunicação e de visibilidade e promover um papel de igualdade entre África e a UE. Uma forte recomendação dirigida à cimeira de Abril é a implementação de um fundo para apoiar o engajamento das OSC na implementação da estratégia.

Por último, esperamos que esta cimeira possa realmente ser uma cimeira dos povos entre África e UE.

¹ A REPAOC É CONSTITUÍDA POR 10 PLATAFORMAS DE ONG DE ÁFRICA OCIDENTAL. REÚNE NO TOTAL MAIS DE 1000 ONG LOCAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS QUE LUTAM NO DIA-A-DIA NO TERRENO JUNTO DAS POPULAÇÕES MAIS MARGINALIZADAS. A REPAOC PRETENDE TRABALHAR COLECTIVAMENTE NA LUTA CONTRA A POBREZA E PROMOVER OS DIREITOS HUMANOS A NÍVEL REGIONAL E INTERNACIONAL NUM CONTEXTO DE DESIGUALDADES NORTE-SUL MAIS TAMBÉM SUL-SUL

² RÉSEAU DES PLATES-FORMES DES ONGS D'AFRIQUE CENTRALE



CONFERÊNCIA

‘EUROPA E ÁFRICA, QUE FUTURO COMUM?’

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN SALA 1
12 DE MARÇO DE 2014

PROGRAMA

9H30 – SESSÃO DE ABERTURA

Fundação Calouste Gulbenkian

Plataforma Portuguesa das Organi-
zações Não Governamentais para o
Desenvolvimento

10H00 – PLENÁRIO

PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE A EVO- LUÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA

Maurice Enguéléguélé, African Gover-
nance Institute

Marta Martinelli, Open Society Institute

10H40 - DEBATE

11H30 - COFFEE BREAK

11H45 – PLENÁRIO

PERSPECTIVAS DE FUTURO PARA PARCERIA ESTRATÉGICA

Gérard Karlshausen, CONCORD

Arthur Gwagwa, Fórum das ONG de
Direitos Humanos do Zimbabwe em
Inglaterra

12H25 – DEBATE

13H00 – ALMOÇO LIVRE

14H30 – GRUPOS DE TRABALHO

1 – Paz, Participação Política, Direitos
Humanos e Governação

2 – Desigualdade, Pobreza e Injustiça
Social

3 – Coerência das Políticas (Cooperação
para o Desenvolvimento, Migrações,
Comércio Internacional e Investimento)

16H30 - COFFEE BREAK

16H45 – CONCLUSÕES E INTERVENÇÕES
FINAIS

APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Sérgio Sousa Pinto, Presidente da Comis-
são de Negócios Estrangeiros e Comu-
nidades Portuguesas da Assembleia da
República

Murade Murargy*, Secretário Executivo
da Comunidade de Países de Língua
Portuguesa

Ana Paula Laborinho*, Presidente do
Camões - Instituto da Cooperação e
da Língua

Fátima Proença, Representante da
Comissão Organizadora da Conferência

**a confirmar*

UMA INICIATIVA CONJUNTA DE

ACEP – Associação para a Cooperação
Entre os Povos
www.acep.pt

Amnistia Internacional Portugal:
www.amnistia-internacional.pt

CESA – Centro de Estudos sobre África,
Ásia e América Latina
www.iseg.utl.pt/cesa

CGTP-IN – Confederação Geral dos
Trabalhadores Portugueses
www.cgtp.pt

CNJ – Conselho Nacional de Juventude
www.cnj.pt/site/

CPR – Conselho Português para os
Refugiados
www.cpr.pt

EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza
www.eapn.pt

Fundação Calouste Gulbenkian
www.gulbenkian.pt

Plataforma Portuguesa para os Direitos
das Mulheres
plataformamulheres.org.pt

Plataforma Portuguesa das ONGD
www.plataformaongd.pt

UCCLA – União das Cidades Capitais
de Língua Portuguesa
www.uccla.pt

UGT – União Geral de Trabalhadores
www.ugt.pt

PARCEIRO MEDIA

RDP África
www.rtp.pt/rdpafrica

PLATAFORMA EU ACUSO - INOVAÇÃO E CONSCIÊNCIA

CLÁUDIA PEDRA
EX-COORDENADORA PLATAFORMA EU ACUSO

Em 2007, no decurso da Presidência Portuguesa da União Europeia, teve lugar a tão aguardada Cimeira UE-África, a 8 e 9 de Dezembro em Lisboa. Nesta cimeira foram estabelecidos dois instrumentos definidos pelos participantes como vitais para a realização de uma verdadeira parceria entre os dois continentes – a Parceria Estratégica Conjunta entre Europa e África e respectivo Plano de Acção.

Para a Plataforma Portuguesa das ONGD, e já durante a Presidência, surgiu uma necessidade premente – construir redes de colaboração que pudessem monitorizar os compromissos assumidos pelo Estado, mas também pela Sociedade Civil, que teve também o seu evento de excelência durante a Presidência, o Fórum Europa-África de Sociedade Civil, que terminou com a Declaração Política do Fórum. Crucial era que o processo de construção de parceria e documentos estratégicos da Cimeira e do Fórum não caísse no vazio e pudesse assumir um verdadeiro compromisso, após o período da Presidência e do foco dos holofotes da imprensa mundial terem progredido para outras paragens. Movidas por este intuito, e lideradas pela Plataforma Portuguesa das ONGD, 13 Organizações da Sociedade Civil (OSC) mobilizaram-se numa parceria. Construíram uma inovadora Plataforma - Plataforma Eu Acuso - que despertava consciências e lembrava a todos os decisores o seu papel na implementação das decisões estratégicas da Parceria e Plano de Acção.

Numa iniciativa inédita em Portugal dinamizaram um processo de elaboração de acusações que denunciavam o incum-

primento do governo, parlamento e dos actores não estatais em áreas cruciais (Igualdade de Género; Migrações; ODM; Cooperação, Paz, Segurança e Governação; Segurança Alimentar), com vista a uma sensibilização do público sobre estas questões, tornando-o mais atento e exigente nestas temáticas perante os decisores políticos e também as OSC.

E no primeiro aniversário da Cimeira UE-África (9 de Dezembro de 2008) essas acusações tomaram vida num julgamento simbólico, um Tribunal da Consciência, que sentou no banco dos réus o governo, o parlamento, os media e as próprias organizações da sociedade civil, analisando o estado de cumprimento dos compromissos assumidos um ano antes (ver caixa).

O Tribunal foi presidido pelo Juiz Desembargador Eurico Reis e teve como réus o Estado português, representado parcialmente pelo Dr. Jarmela Palos (Director do SEF), a Sociedade Civil, pela Dra. Fátima Proença, advogados oficiosos em representação dos restantes réus e jurados especialistas nas áreas das acusações. A acusação esteve a cargo de seis advogados da firma do Dr. Carlos Pinto de Abreu. No dia 10 de Dezembro, Dia Mundial dos Direitos Humanos, foi tornada pública a sentença. O Acórdão de 118 páginas, que suspendeu a tramitação do processo por um ano, por não conseguir provar todos os factos do processo, instou o Estado português a reconhecer as ONG como parceiros na construção de um novo relacionamento com África, a divulgar as iniciativas realizadas neste âmbito e a cumprir as promessas assumidas na cimeira, como o reconhecimento do direito à alimentação, domínio que o tribunal considerou muito importante.

‘SURTIU UMA NECESSIDADE
PREMENTE: CONSTRUIR REDES DE
COLABORAÇÃO QUE PUDESSEM
MONITORIZAR OS COMPROMISSOS
ASSUMIDOS PELO ESTADO, MAS
TAMBÉM PELA SOCIEDADE CIVIL’

As reacções ao Tribunal foram diversas – desde a surpresa ao rigor do acórdão e do processo, à displicência das reacções

oficiais do Ministro dos Negócios Estrangeiros que considerou que um julgamento passado um ano “era absurdo”. Independentemente do teor da reacção, a iniciativa mostrou que é possível mobilizar a sociedade civil de forma concertada, com rigor, determinação, numa parceria de valores e complementaridade. Mostrou também que muitas vezes a forma é tão importante quanto o conteúdo, pois nunca o teor dos documentos teria tido tal projecção se em vez de um Tribunal da Consciência se tivesse optado por uma Conferência. A Inovação é uma ferramenta importante. Assim como a consciência. Pena não nos mover mais vezes.

‘A INICIATIVA MOSTROU QUE É
POSSÍVEL MOBILIZAR A SOCIEDADE
CIVIL DE FORMA CONCERTADA,
COM RIGOR, DETERMINAÇÃO,
NUMA PARCERIA DE VALORES E
COMPLEMENTARIDADE’

A Plataforma “Eu Acuso”, em defesa de uma cultura de co-responsabilização pelos compromissos assumidos quanto às condições de vida dignas e dos direitos económicos e sociais básicos da população do continente africano, promoveu ao longo de 2008 um processo de debates e consultas a sectores diversos da sociedade portuguesa e a organizações parceiras africanas, de que resultou uma acusação ao Estado Português e às Organizações da Sociedade Civil:

Acusação: Cooperação e Desenvolvimento,
Acusação: Igualdade de Género,
Acusação: Migrações,
Acusação: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio,
Acusação: Paz e Segurança, Governação e Direitos Humanos,
Acusação: Segurança Alimentar e Comércio Internacional

EU ACUSO

PLATAFORMA PORTUGUESA

PARCEIROS DA PLATAFORMA EU ACUSO

Amnistia Internacional Portugal, Associação para a Cooperação entre os Povos (ACEP), Associação Portuguesa de Consultores Sêniores (APCS), Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), Conselho Nacional de Juventude (CNJ), Conselho Português para os Refugiados (CPR), Engenho e Obra, Associação para o Desenvolvimento e Cooperação (E&O), Graal, Inde – Intercooperação e Desenvolvimento, Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal (PERCIP), Plataforma Portuguesa das ONGD, Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM), União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)

**Os muros entre
África e Europa
são cada vez
mais altos.
Vamos despertar
os responsáveis
para mudar
esta situação.**

Ajude-nos a acordar
os responsáveis.
Saiba mais em
www.euacuso.com.pt



EU ACUSO 

PLATAFORMA PORTUGUESA



‘GESTÃO DO VOLUNTARIADO PARA A COOPERAÇÃO’ EM DEBATE

GRUPO DE TRABALHO DOS RECURSOS HUMANOS PARA A
COOPERAÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

O Grupo de Trabalho dos Recursos Humanos para a Cooperação (GTRHC) da Plataforma Portuguesa das ONGD realizou, no passado mês de Novembro, o primeiro Fórum sobre Gestão do Voluntariado para a Cooperação. Seguindo o modelo de debate World Cafe, este fórum pretendeu reunir organizações da sociedade civil que desenvolvem Programas de Voluntariado Internacional para a Cooperação, para partilhar práticas e debater questões relacionadas com a gestão de voluntários.

Foram abordadas as fases genéricas que um voluntário atravessa ao longo de um Programa de Voluntariado Internacional: Recrutamento e Selecção, Preparação e Formação, Acompanhamento no terreno e Regresso. Como forma de complementar e enriquecer o debate foram convidados técnicos de ONGD com reconhecida experiência na gestão de voluntários, que partilharam a sua experiência e práticas de gestão ao longo destas fases.

Estiveram presentes 27 participantes, representantes de 13 organizações, que concluíram existirem vários pontos comuns na gestão dos seus programas. Na fase inicial de Recrutamento e Formação, todos reconheceram ser fundamental dar a conhecer aos voluntários a ONGD, os seus valores e missão para que se crie uma ligação efectiva destes, bem como desenvolver estratégias que permitam à organização conhecer bem o voluntário que vai participar no seu projecto. O próprio processo de Formação de voluntários permite a obtenção deste conhecimento. Já o momento e os critérios de Selecção variam bastante de organização para

organização, sendo que muitas vezes existe um paralelismo entre a fase de Preparação e o Recrutamento. Todas as organizações reconhecem a importância de uma preparação sólida e que capacite o voluntário não só em áreas mais técnicas, mas também ao nível do desenvolvimento interpessoal. Sobre o acompanhamento no terreno, foi consensual a necessidade de uma comunicação próxima entre voluntário, organização e parceiro local, podendo tomar diversas formas consoante a duração do voluntariado. Já no que diz respeito ao Regresso, as organizações reconhecem a importância de reintegrarem os seus voluntários nas suas actividades, como forma de valorizar o trabalho e experiência adquiridos, embora por vezes exista alguma dificuldade em proporcionar uma completa e adequada reintegração dos voluntários.

As conclusões retiradas deste Fórum sugerem pistas para o trabalho futuro do GTRHC, como definir e partilhar os pontos comuns e transversais a qualquer Programa de Voluntariado, através da realização de eventos subsequentes a este. Os participantes consideraram como aspectos mais positivos o formato de discussão, que permitiu partilhar de uma forma informal e muito dinâmica a experiência dos vários participantes, os conteúdos abordados, que foram úteis na identificação de problemas comuns e que permitirão futuramente encontrar soluções em conjunto.

Os participantes referiram também que, dos temas em debate, os mais úteis para o seu trabalho foram o Acompanhamento dos voluntários no terreno e a troca de impressões com outras organizações, o Recrutamento e a Formação dos voluntários. Em suma, consideraram que foi uma ótima iniciativa e que merece ser continuada.

GRUPO DE TRABALHO DE RECURSOS HUMANOS PARA A COOPERAÇÃO foi criado em 2005 e conta neste momento com a participação de 6 ONGD: **Equipa D’África, FEC - Fundação Fé e Cooperação, ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, Obra Missionária de Acção Social/Leigos da Boa Nova, Saúde em Português - Associação de Profissionais de Cuidados de Saúde dos Países de Língua Portuguesa e Sol sem Fronteiras.**

POINT PEDRO. DISTRITO DE JAFFNA. SRI LANKA.
FABRICE DEMOULIN. MDM. 2005



SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA REUNIU-SE PARA DISCUTIR O SEU PAPEL FACE AOS DESAFIOS ACTUAIS E FUTUROS

CÉSAR NETO
RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO DA PLATAFORMA

A primeira edição do **Fórum Nacional de Redes da Sociedade Civil (FNRSC)** decorreu nos dias 20 e 21 de Fevereiro no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e teve como tema “Os desafios da sociedade civil portuguesa face ao actual contexto económico e social e a futura agenda de desenvolvimento pós-2015”.

Esta iniciativa, promovida por redes de organizações do terceiro sector, surge numa altura em que a sociedade portuguesa enfrenta vários desafios decorrentes do actual contexto de crise económica e social e numa conjuntura internacional marcada pelas negociações com vista à definição da Agenda de Desenvolvimento para o período pós-2015.

Assim sendo, este Fórum, mais do que reunir diferentes quadrantes da sociedade civil, pretendeu sentar à mesma mesa organizações com visões e abordagens diferentes, no sentido de fomentar o interconhecimento, o diálogo e a criação de pontes com vista a suscitar propostas capazes de responder aos problemas que o país e o mundo enfrentam.

O evento ficou marcado pela qualidade das intervenções nas sessões plenárias e paralelas¹ e pela participação de um público interessado e diversificado.

“Sociedade Civil Portuguesa: introspecção e debate sobre uma visão de futuro” foi o tema da primeira sessão plenária que teve como *keynote speaker* o Presidente da República (1996-2006), Jorge Sampaio. Jorge Sampaio realçou a importância de se elaborar uma estratégia de reforço da sociedade civil sendo para isso necessário “conhecer melhor o funcionamento da sociedade civil em Portugal, as suas organizações e iniciativas, formais e informais”. Enalteceu as abordagens pioneiras e a força de mobilização de que são capazes as ONG que são “laboratórios de inovação social” que devem ser apoiados, reconheceu “a capacidade de influência nas decisões e políticas públicas”, bem como um papel forte enquanto “braço activo de afirmação de Portugal no mundo”.

Tiago Fernandes, Professor Auxiliar (do Departamento de Estudos Políticos) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, contrariou a ideia de que a sociedade civil portuguesa é fraca e focou a sua intervenção em três grandes tendências que se têm verificado desde o 25 de Abril: apesar de o número das organizações da sociedade civil (OSC) ter aumentado na última década, há cada vez menos membros no seio dessas organizações; houve um declínio das grandes organizações de massas, caso dos movimentos sindicais; a participação cívica foi incorporada à actividade política até ao início dos anos 2000. Frisou ainda que “A sociedade civil contribui para a qualidade da democracia na medida em que dá voz aos que estão excluídos e os coloca na agenda política”.

Jan Jařab, Representante Regional para a Europa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, apelou à reivindicação por parte da sociedade civil em estar envolvida no planeamento, implementação, monitorização e avaliação das políticas públicas, tendo as OSC, entre outras funções, a de “fornecer *feedback* crítico aos governos sobre como as suas políticas estão a funcionar”.

A segunda plenária do Fórum foi dedicada aos “Desafios para o Futuro: Agenda nacional, europeia e global para um modelo de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo”. Catarina Albuquerque, Relatora Especial da ONU para o Direito Humano à Água e ao Saneamento e *Keynote Speaker* desta sessão, defendeu a inclusão de um indicador para reduzir as desigualdades em todos os objectivos e metas da futura Agenda Global de Desenvolvimento. Salientou, por outro lado, que o

cumprimento do compromisso dos governos para combater as desigualdades vai depender da força da sociedade civil.

Na sua intervenção, Francesco Biciato, Conselheiro Principal nas áreas de Cooperação Descentralizada e Desenvolvimento Territorial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, propôs a realização de uma consulta temática junto da sociedade civil portuguesa sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Fátima Proença, Directora da ONGD portuguesa ACEP, destacou o contributo muito significativo da OSC para o diálogo social, “há hoje um nível de interlocução política que não havia”, frisou. Falou também dos problemas que as ONGD enfrentam actualmente, os quais estão directamente relacionados com as políticas, ou falta delas, do actual governo, que não se coadunam com uma aposta real num trabalho em prol do Desenvolvimento Sustentável.

Foram dois dias de intensos e frutíferos debates que resultaram numa **Declaração de Compromisso** subscrita pelas organizações da Comissão Organizadora.

PRÓXIMOS PASSOS

Este foi um primeiro passo no sentido de estabelecer pontes e espaços de diálogo no seio da Sociedade Civil Portuguesa. Durante o ano de 2014, as organizações da Comissão Organizadora continuarão a trabalhar em conjunto, mas também com outras organizações que demonstrem interesse em prosseguir esta reflexão e construir uma sociedade mais justa, equitativa, solidária e participativa.

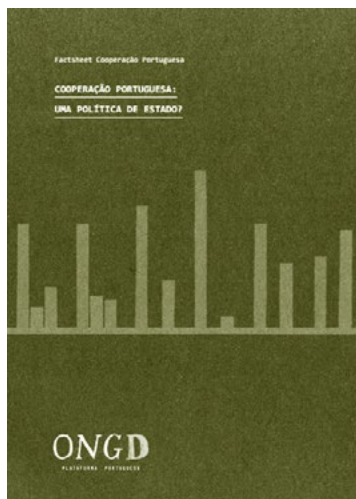
¹ PODE ACEDER AOS RESUMOS DAS SEIS SESSÕES PARALELAS EM [HTTP://FORUMREDESASOCIEDADECIVIL.WORDPRESS.COM](http://forumredesdasociedadecivil.wordpress.com)

COMISSÃO ORGANIZADORA DO FNRSC

Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC), Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS), Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), Conselho Nacional de Juventude (CNJ), Minha Terra – Federação Portuguesa de Associação de Desenvolvimento Local, Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres (PpDM), Plataforma Portuguesa das ONGD



FNRSC. SESSÃO PARALELA SOBRE MODELOS DE GOVERNANÇA DAS OSC.
PORTUGAL. PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. 2014



SITUAÇÃO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA EM 2013

por ANA FILIPA OLIVEIRA
edição PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD
em 2014

O Grupo de Trabalho AidWatch da Plataforma apresentou um conjunto de quatro factsheets que se debruçam sobre a situação da Cooperação Portuguesa em 2013, focando a análise em quatro áreas cruciais no actual momento político: a Cooperação Portuguesa enquanto política de Estado; a transparência dos fluxos de Ajuda ao Desenvolvimento; o papel das ONGD no Desenvolvimento; e ainda uma reflexão sobre uma abordagem de direitos humanos na Agenda de Desenvolvimento que, em 2015, irá substituir os actuais Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.



UMA QUESTÃO DE LIDERANÇA? DESAFIOS PARA AS RELAÇÕES ÁFRICA-UE EM 2014

por JAMES MACKIE, SAHRA EL FASSI,
CAMILLA ROCCA E SEBASTIAN
GROSSE-PUPPENDAHL
edição ECDPM
em 2014

Nesta publicação são identificados alguns dos principais desafios para as relações entre a União Europeia e o continente africano, nomeadamente a ligação entre as instituições da UE e a Cooperação para o Desenvolvimento; a cooperação em assuntos como a segurança alimentar, a paz e segurança e as migrações; e as questões económicas, que incluem a integração regional. A versão portuguesa, traduzida por Patrícia Magalhães Ferreira, foi apoiada pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. ao abrigo do Acordo de Cooperação Camões/ECDPM/IMVF.



ENSINAR E APRENDER: ALCANÇAR A QUALIDADE PARA TODOS

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
GLOBAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS
por PAULINE ROSE ET AL.
edição UNESCO
em 2014

Esta é a 11ª edição de um relatório que traça um quadro sobre o acesso à educação e analisa o progresso dos países relativamente aos objectivos globais de educação definidos em 2000. Apresenta ainda argumentos para que a educação seja um dos temas em destaque na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.



RISK AND RESILIENCE FROM GOOD IDEA TO GOOD PRACTICE

por ANDREW MITCHELL
edição OCDE
em 2013
língua INGLESA

Este estudo defende que a resiliência tem um valor acrescentado (diferente da resiliência enquanto agenda política) e explica como pode ser aplicada à programação/planeamento e aborda ainda o modo como doadores e os parceiros-chave podem incentivá-la.



A MATTER OF HIGH INTEREST ASSESSING HOW LOANS ARE REPORTED AS DEVELOPMENT AID

por STÉPHANIE COLIN
edição EURODAD
em 2014
língua INGLESA

A autora discute os principais desenvolvimentos no debate sobre os empréstimos concessionais (que podem ser considerados como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), desde que satisfaçam determinadas condições) nos últimos dez anos e apresenta recomendações sobre como otimizar os seus benefícios para o Desenvolvimento.



AFRICA RENEWAL AGRICULTURE IS AFRICA'S NEXT FRONTIER

por NAÇÕES UNIDAS
edição NAÇÕES UNIDAS
em 2014
língua INGLESA

A revista trimestral Africa Renewal dedica esta edição especial à agricultura em África e defende que é preciso mais do que boas intenções para mudar o panorama actual. Entre outros assuntos abordados nesta edição: a discrepância entre crescimento económico e redução da fome, a capacidade de África alimentar África, o trabalho agrícola das mulheres e o arrebatamento da terra.

AGENDA

D	S	T	Q	Q	S	S	MAR 2014		
						1	1. Exposição INSTALAÇÕES ODM organizado por IMVF MUSEU MUNICIPAL DE LOURES (patente até ao final do ano)	19. Seminário “OS MEUS FILHOS VÃO SENTIR A DOÇURA DA GUINÉ”: IGREJAS EVANGÉLICAS, FUTURO E MESSIANISMO ENTRE BISSAU E LISBOA organizado por CEI-IUL LISBOA	20. Ciclo de Cinema CINE-ONU / DIREITOS E DESENVOLVIMENTO organizado por Plataforma Portuguesa das ONGD e UNRIC LISBOA
2	3	4	5	6	7	8			
9	10	11	12	13	14	15	13. Lançamento do livro AR-QUITECTURA MODERNA EM ÁFRICA: ANGOLA E MOÇAMBIQUE organizado por IST LISBOA		21. DIPLOMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (DECODE) organizado por INA ALGÉS
16	17	18	19	20	21	22			
23	24	25	26	27	28	29		20. Webinar CHANGING THE WORLD OR CHANGING OURSELVES organizado por DEEEP ONLINE	
30	31						17-18. Conferência Internacional sobre Angola DIRECÇÕES NOVAS NA INVESTIGAÇÃO SOBRE ANGOLA organizado por SOCIUS/ISEG-UL e Univ. Oxford LISBOA		26. Ciclo de Cinema AFRIKPLAY – FILMES À CONVERSA: FRAMING THE OTHER organizado por CRIA e CEI-IUL LISBOA
D	S	T	Q	Q	S	S	ABR 2014		
		1	2	3	4	5	5-6. “OIKOS DESAFIO 100”: UM DESAFIO À SUA ALTURA! organizado por Oikos LOURINHÃ E LISBOA	17. Seminário A (DES)CONSTRUÇÃO DA FOME NO ATLÂNTICO organizado por CEsA/ISEG-UL LISBOA	28. Conferência O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM ÁFRICA organizado por ISCTE-IUL LISBOA
6	7	8	9	10	11	12			
13	14	15	16	17	18	19	8. 6º Seminário FUNDRAISING CALL TO ACTION organizado por Call to Action LISBOA	26. Novos Poderes (4º Observatório de África, América Latina e Caraíbas) - Sessão DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA AO DIREITO DE FUGA – A CIRCULAÇÃO DAS MERCADORIAS E DAS PESSOAS NO MUNDO organizado por Fundação Calouste Gulbenkian LISBOA	29. Conferência internacional O JOGO GLOBAL MUDOU: QUAL O PAPEL DAS RELAÇÕES EUROPA-ÁFRICA? organizado por Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, IMVF e ECDPM LISBOA
20	21	22	23	24	25	26			
27	28	29	30				14-18. 7.º CONGRESSO LUSO-MOÇAMBICANO DE ENGENHARIA organizado por Engenho & Obra PEMBA, MOÇAMBIQUE		
MAI 2014									
							5-29. Seminário EMERGING GLOBAL PLAYERS IN INTERNATIONAL RELATIONS organizado por CEsA/ISEG-UL LISBOA	22-23. Formação RESULTS IN ADVOCACY AN ADVOCATES GUIDE TO IMPACT ASSESSMENT organizado por PAMOJA LONDRES	29-31. Conferência “ESPAÇO LUSÓFONO” (1974-2014): TRAJECTÓRIAS ECONÓMICAS E POLÍTICAS organizado por CESA/ISEG LISBOA

ABRAÇO ASSOCIAÇÃO DE APOIO A
PESSOAS COM VIH/SIDA

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO
ENTRE OS POVOS

ACGB ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO
COM A GUINÉ-BISSAU

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS

ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO
PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA
O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E
ASSISTÊNCIA

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS
AGRICULTORES DE PORTUGAL

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE
LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
CULTURA E DESENVOLVIMENTO

APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O
DESENVOLVIMENTO

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO
DA FAMÍLIA

APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
APOIO A ÁFRICA

ASSOCIAÇÃO HELPO

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO

BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO
CULTURAL E JUVENIL

CÁRITAS PORTUGUESA

CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS
AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

CHAPITÔ

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS
REFUGIADOS

EQUIPA D'ÁFRICA

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA
ANTI-POBREZA

E&O ENGENHO E OBRA – ASSOCIAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO
FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

FUNDAÇÃO BOMFIM

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

**FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O
DESENVOLVIMENTO**

G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL
DO PORTO

GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER
SOCIAL E CULTURAL

GTO LX GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

IED INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O
DESENVOLVIMENTO

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

ISU INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E
COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

LIGAR À VIDA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO
HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL
MENINOS DO MUNDO

MG MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO
HUMANITÁRIA

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO
CENTRAL – ACE

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

MUNDO A Sorrir ASSOCIAÇÃO DE
MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS
PORTUGUESES

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA

ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS
HUMANOS

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESEN-
VOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

SAÚDE EM PORTUGUÊS

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUESAS

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPE-
RAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL
PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE
E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS
PORTUGAL

WACT WE ARE CHANGING TOGETHER